

Respostas aos Recursos – MÉDIO OPERACIONAL MANHÃ – SUS, URGÊNCIAS E SAMU

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
9-1 6-2 9-3	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Central de Regulação Médica das Urgências do SAMU recebe chamadas da população pedindo ajuda. A primeira atitude do atendente ao receber a ligação é determinar a urgência do caso para priorizar a resposta e alocar os recursos adequados.</p> <p>Portanto, a resposta correta é:</p> <p>“definir o nível de urgência do caso.”</p> <p>Função da Central de Regulação Médica das Urgências A Central de Regulação Médica das Urgências do SAMU é responsável por receber chamadas de emergência, avaliar a gravidade das situações reportadas e tomar decisões rápidas sobre o envio de recursos de emergência.</p> <p>Processo de Atendimento Recepção da Chamada:</p> <p>O atendente recebe a chamada de emergência e coleta informações básicas sobre o incidente. Definição do Nível de Urgência:</p> <p>A primeira atitude do atendente é avaliar a urgência do caso. Isso é crucial porque diferentes níveis de urgência exigem diferentes tipos de resposta e priorização.</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	<p>O atendente fará perguntas para entender a situação, como a natureza do problema (acidente, doença súbita, etc.), a condição da(s) vítima(s), localização, e qualquer outra informação relevante.</p> <p>Tomada de Decisão:</p> <p>Com base na avaliação da urgência, o atendente decide a melhor resposta. Isso pode incluir:</p> <p>Envio imediato de uma unidade móvel: Para casos de alta urgência, como paradas cardiorrespiratórias, acidentes graves, etc.</p> <p>Prestar orientações para primeiros socorros: Se a situação permitir e enquanto a unidade móvel está a caminho.</p> <p>Coordenação com outras equipes: Se necessário, a situação pode ser passada para um coordenador ou outra equipe para garantir a resposta mais eficaz.</p> <p>Envio de Recursos:</p> <p>Se for determinado que a situação é urgente, uma unidade móvel será enviada imediatamente ao local do incidente.</p> <p>O tipo de unidade móvel (básica ou avançada) e o número de equipes enviadas dependem da gravidade e complexidade do caso.</p> <p>Por que a Definição do Nível de Urgência é a Primeira Ação?</p> <p>Definir o nível de urgência do caso é a primeira atitude porque:</p> <p>Prioritização: Casos mais graves precisam de resposta mais rápida. Identificar a urgência permite priorizar esses casos.</p> <p>Alocação de Recursos: A regulação médica precisa alocar os recursos certos (tipo de ambulância, equipe necessária) com base na urgência.</p> <p>Orientações Imediatas: Determinar a urgência ajuda a decidir se orientações imediatas para primeiros socorros são necessárias.</p> <p>Eficiência: Um atendimento eficiente começa com a correta triagem e definição de urgência, evitando desperdício de tempo e recursos.</p> <p>Portanto, a correta definição do nível de urgência permite ao SAMU responder de maneira rápida e eficaz, salvando vidas e garantindo que os recursos de emergência sejam utilizados da melhor forma possível.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--

13-1 9-2 15-3	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Lei 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, estabelece diversas competências para a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o artigo 16 da referida lei, compete à direção nacional do SUS:</p> <p>A alternativa correta é:</p> <p>“formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição.”</p> <p>Sobre as demais alternativas:</p> <p>“promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde”: Compete à direção estadual do SUS.</p> <p>“executar serviços de vigilância sanitária”: Compete aos Municípios, mas pode ser compartilhada.</p> <p>“prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”: Também compete à direção estadual.</p> <p>“coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica”: Pode ser uma competência compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	Indeferido	Gabarito mantido
15-1 15-2 13-3	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>Sobre as demais alternativas.</p> <p>(A) A participação complementar dos serviços privados é permitida quando a disponibilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) for suficiente para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada localidade, para ofertar mais empregos aos trabalhadores da área da saúde:</p>	Indeferido	Gabarito mantido

	<p>Incorreta. A participação complementar ocorre justamente quando o SUS não é suficiente para garantir a cobertura assistencial.</p> <p>(B) Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde (SUS): Correta, conforme previsto no artigo 24 da Lei 8.080/1990.</p> <p>(C) Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção do estabelecimento hospitalar e funcionários que atuam no controle de finanças: Incorreta. Os critérios e valores são estabelecidos pelo gestor do SUS.</p> <p>(D) Os serviços contratados não se submeterão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e poderão atuar de acordo com suas próprias regras: Incorreta. Os serviços contratados devem seguir as normas técnicas e administrativas do SUS.</p> <p>(E) As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos não terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS), todos devem ser tratados de forma igualitária para fins de contrato: Incorreta. A Lei 8.080/1990 prevê preferência para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos na participação complementar do SUS.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--